

São Paulo

# DATA MERCANTIL

R\$ 2,00

Quarta - feira, 06 de maio de 2020

Edição N° 63

www.datamercantil.com.br

## Dólar acelera alta e Bolsa reduz ganhos com divulgação de depoimento de Moro



A divulgação do depoimento do ex-ministro da Justiça Sergio Moro à Polícia Federal causou aversão a risco ao fim do pregão no mercado brasileiro nesta terça-feira (5). Logo após a veiculação da íntegra do depoimento pela CNN Brasil, ao qual a Folha também teve acesso, o dólar foi a R\$ 5,6030, máxima do dia. A cotação perdeu força nos minutos finais da sessão e fechou cotada a R\$ 5,5927, alta de 1,31%. O turismo está a R\$ 5,91.

A alta da Bolsa brasileira, por sua vez, perdeu fôlego com o depoimento. O Ibovespa, que chegou a subir quase 3% pela manhã, fechou com ganho de

0,75%, a 79.470 pontos. “Dólar nas máximas, Bolsa nas mínimas. Tudo com depoimento de Sergio Moro. Incerteza política fazendo preço novamente”, afirma Henrique Esteter, analista da Guide Investimentos.

“Todo esse agravamento do risco político vai na direção contrária do que o país precisa para retomar a trilha da retomada da atividade econômica”, diz Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos.

A valorização do índice na sessão foi sustentada pela Petrobras, com a alta do petróleo. As ações preferenciais (mais negociadas) da estatal subiram 3,22%, a R\$ 17,94. As ordinárias (com direito a voto) subiram 3,43%, a

R\$ 18,64. O barril de petróleo Brent (referência internacional) subiu 12%, a US\$ 25,27.

O Itaú também foi um dos destaques positivos, com alta de 3,70%, a R\$ 22,70, após divulgação do balanço. Apesar de queda no lucro, o mercado avalia que os resultados vieram melhores do que o do concorrente Bradesco.

No exterior, índices americanos também reduziram ganhos próximo ao fechamento. Dow Jones teve alta de 0,56%, S&P 500, de 0,90% e Nasdaq, de 1,13%.

Investidores estão otimistas com a retomada da atividade econômica em diversos estados americanos, como a Califórnia.

Júlia Moura/Folhapress



## EUA e Reino Unido iniciam negociações comerciais pós-Brexit

O governo Trump está tentando mudar as cadeias de suprimentos de volta para os Estados Unidos e para longe da China, onde o novo coronavírus se originou.

Página 02 - Mundo.



## Indústria cai 9,1% com coronavírus e volta ao nível de 2003

De acordo com o instituto, o desempenho de março de 2020 coloca a produção industrial brasileira no mesmo nível de agosto de 2003.

Página 03 - Economia.



## PGR denuncia Aécio sob acusação de receber R\$ 65 milhões em propina

A acusação encaminhada ao STF (Supremo Tribunal Federal) na semana passada afirma que o parlamentar recebeu R\$ 65 milhões em propina.

Página 05 - Geral.

## No Mundo

## EUA e Reino Unido iniciam negociações comerciais pós-Brexit

Os Estados Unidos e o Reino Unido iniciaram negociações comerciais por videoconferência terça(5), após a saída do Reino Unido da União Europeia, num momento em que os dois aliados lutam contra os efeitos da pandemia de coronavírus e buscam fortalecer as cadeias domésticas de suprimentos.

As discussões serão a primeira grande nova negociação comercial de Washington em 2020 e ocorrerão ao mesmo tempo em que Londres estabelece termos comerciais com a UE, com prazo até o final do ano.

O representante comercial dos EUA, Robert Lighthizer, falou pouco publicamente sobre as negociações comerciais com o Reino Unido desde a publicação de

um conjunto abrangente de metas, há mais de um ano, que buscava acesso total para produtos agrícolas dos EUA e tarifas reduzidas para produtos manufaturados dos EUA.

O governo Trump está tentando mudar as cadeias de suprimentos de volta para os Estados Unidos e para longe da China, onde o novo coronavírus se originou, e está promovendo uma campanha "Compre nos EUA" para suprimentos médicos e outros produtos.

A agricultura deve estar entre as questões mais espinhosas das negociações, dada a forte oposição britânica às culturas geneticamente modificadas dos EUA e tratamentos antibacterianos para aves. O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson,

prometeu negociar uma "pechincha", e a secretária de Comércio Internacional do Reino Unido, Liz Truss, disse que não diminuirá os padrões de segurança alimentar.

A Câmara de Comércio dos Estados Unidos pediu na segunda-feira aos dois aliados históricos que eliminem todas as tarifas, dizendo que isso aumentaria as perspectivas de longo prazo para os dois países em um momento em que suas economias foram duramente atingidas por paralisações destinadas a restringir a propagação do coronavírus.

A Câmara disse que os dois países também podem fortalecer as regras comerciais globais para lidar com os desafios impostos por economias não mercantis, como a China.

David Lawder/Reuters/ABR



## Queda de avião humanitário queniano deixa seis mortos na Somália



Pelo menos seis pessoas morreram na queda de um avião queniano, nesta segunda-feira (4), na Somália, onde a aeronave fazia uma missão humanitária, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Quênia, que considerou as circunstâncias do acidente "pouco claras" e pediu uma "investigação imediata".

O avião de carga particular do Quênia -um Embraer 120, fabricado no Brasil- estava carregando material como parte da luta contra a pandemia de coronavírus, quando caiu na segunda-feira à tarde, no distrito de Bardale, no sul da Somália, informou o Ministério.

Seis pessoas -piloto, copiloto, engenheiro de voo e piloto trainee, além de duas

pessoas que trabalhavam para a companhia aérea- estavam a bordo do voo curto de Bardale para Bardale, cerca de 300 quilômetros a noroeste da capital somali Mogadíscio, conforme as autoridades.

O Quênia pediu à Somália "que investigue esse caso rapidamente e em profundidade, porque isso afeta as operações humanitárias no momento em que as necessidades são mais importantes". "O incidente ocorreu em circunstâncias pouco claras", disse o Ministério das Relações Exteriores do Quênia.

O ministro dos transportes da Somália, Mohamed Salad, disse que uma equipe foi enviada ao local para investigar e recusou-se a especular sobre a causa do acidente.

Abdirashid Abdullahi Mohamed, ex-ministro da Defesa da Somália, disse à agência de notícias Reuters que conversou com uma testemunha no aeródromo, segundo a qual o avião havia feito uma tentativa inicial de aterrissagem, que não deu certo porque havia animais na pista.

Depois, segundo a testemunha, o avião parecia ter sido atingido em uma das asas na segunda tentativa.

Mohamed forneceu imagens que mostravam o avião em chamas, pedaços dele espalhados por uma pequena área e a cauda intacta, e forneceu uma lista de passageiros com seis nomes. A Reuters não conseguiu verificar imediatamente as imagens ou confirmar os nomes.

Folhapress

## Diretor-geral da OMS pede unidade global na luta contra o coronavírus

O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, pediu nessa segunda-feira (4) que o mundo se una para derrotar o novo coronavírus.

"Esse vírus estará conosco por longo tempo e precisamos nos unir para desenvolver e compartilhar as ferramentas para derrotá-lo", disse o diretor em entrevista virtual em Genebra.

"Vamos prevalecer por meio da unidade nacional e da solidariedade global", acrescentou, elogiando as promessas de US\$ 8 bilhões dos líderes mundiais para a luta contra a pandemia.

A OMS, sediada em Genebra, apresentará nesta semana uma atualização de seu plano estratégico de preparação e resposta, com a atualização das necessidades de financiamento para apoiar os planos nacionais e internacionais de combate ao vírus, disse Tedros.

Na entrevista, um especialista da OMS afirmou que as decisões dos países sobre afrouxamento de medidas de isolamento decretadas para conter o coronavírus precisam ser tomadas com base em avaliações de risco.

Emma Farge e Stephanie Nebhay/Reuters/

ABR



Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B - Centro - Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## Empresas Simples de Crédito são alternativa para pequenos negócios reforçarem o caixa

Criada há um ano pelo Governo Federal, a Empresa Simples de Crédito, conhecida como ESC, tornou-se um caminho alternativo para os donos de pequenos negócios que precisam de empréstimo neste momento de crise causada pela pandemia do novo coronavírus. Além de oferecer condições mais facilitadas do que as dos bancos e outras instituições financeiras, a ESC atua exclusivamente com a oferta de crédito para as micro e pequenas empresas, incluindo o microempreendedor individual (MEI), em uma área limitada à sede da empresa e municípios vizinhos.

De acordo com o analista do Sebrae Adalberto Luiz, as Empresas Simples de Crédito assumem um papel importante no movimento de apoio aos pequenos negócios que enfrentam dificuldades durante a pandemia. “O fato de atuarem de forma bem próxima aos clientes garante uma relação entre as partes muito mais amigável. Além disso, como só podem atuar no município sede e nos limítrofes, a ESC promove o desenvolvimento local, ou seja, a riqueza gerada na região é investida na própria região”, avaliou.

Levantamento feito pelo Sebrae no dia 24 de abril mostra que atualmente existem 646 ESC constituídas no país, sendo que o capital disponível para operações está em torno de R\$ 300 milhões. A maioria das ESC (80%) estão constituídas como microempresas, sendo que 67% delas fazem negócios com o MEI. O Sebrae foi um dos maiores defensores da criação dessa modalidade de negócio, como uma forma de ampliar e facilitar o acesso dos pequenos negócios ao crédito. “A ESC veio para romper uma das principais barreiras entre o empresário de micro e pequena empresa e o crédito,

que é o excesso de burocracia”, destaca o presidente do Sebrae, Carlos Melles.

Em Uberlândia (MG), o empresário Eduardo Milagre opera a primeira ESC criada em Minas Gerais, em maio do ano passado. Ele acredita que as Empresas Simples de Crédito estão segurando o mercado dos pequenos negócios durante a crise. Após o avanço do Covid-19, a empresa tem estreitado ainda mais o relacionamento com os clientes. “Estamos buscando nossa clientela para avaliar a necessidade de crédito, pois sabemos que eles estão precisando. Como conhecemos nossos clientes de perto conseguimos avaliar a situação de cada um e, até mesmo quando há alguma restrição, é possível liberar um crédito, pois acompanhamos o dia a dia da empresa”, contou. Em média, a Milagre Empresa Simples de Crédito realiza operações que variam entre R\$ 20 mil e R\$ 30 mil.

Recente pesquisa realizada pelo Sebrae, entre os dias 3 e 7 de abril, sobre o impacto do coronavírus nos pequenos negócios, mostrou que a maioria dos donos de micro e pequenas empresas (70%) não havia buscado empréstimo e entre os que buscaram, 60% tiveram a solicitação negada. O empresário Renato Bayer administra uma ESC em Porto Alegre desde agosto do ano passado. Ele considera que as Empresas Simples de Crédito conseguem operar negócios com mais segurança e menos burocracia por ter mais proximidades dos clientes, ao contrário dos bancos. “O empresário que procura crédito entra em contato direto comigo e rapidamente conseguimos avaliar os documentos necessários, fazer o cadastro e liberar o recurso, muitas vezes no mesmo dia, dependendo do caso”, explicou.

Desde o início da pandemia, ele observou um aumento da demanda por crédito de microempreendedores individuais (MEI). Segundo ele, o Sebrae tem um papel fundamental na orientação desses clientes, que ainda se sentem despreparados para a tomada de crédito. “Muitos perderam empregos ou buscam uma renda alternativa neste momento, mas não sabem muito bem como aplicar os recursos”, avaliou.

Ag. Sebrae de Notícias

## Indústria cai 9,1% com coronavírus e volta ao nível de 2003



A pandemia do novo coronavírus derrubou a produção industrial brasileira em março, informou nesta terça (5), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A queda em comparação com o mês anterior, de 9,1%, é a pior desde maio de 2018, quando a greve dos caminhoneiros paralisou o país.

De acordo com o instituto, o desempenho de março de 2020 coloca a produção industrial brasileira no mesmo nível de agosto de 2003. A queda foi generalizada, atingindo todas as categorias econômicas e 23 dos 26 ramos pesquisados.

“Na raiz desse resultado há claramente os efeitos do isolamento social, que levou à paralisação das operações

de diversos segmentos da indústria e, mais do que isso, levou a um recuo disseminado entre as atividades industriais”, disse o gerente da pesquisa, André Macedo.

O primeiro caso conhecido de Covid-19 ocorreu em 25 de fevereiro. No mês seguinte, março, o país começou a sentir os efeitos econômicos do novo coronavírus, com fechamento de bares, restaurantes e comércio como forma de evitar avanço da pandemia.

Em relação a março do ano passado, a produção industrial brasileira caiu 3,8%, no quinto resultado negativo nessa base de comparação. No ano, a indústria brasileira acumula queda de 1,7%. Considerando apenas os meses de março, foi a pior

da série iniciada em 2002.

Foi o recuo mais disseminado da série histórica, iniciada em 2002, junto com maio de 2018, quando a greve dos caminhoneiros derrubou a produção industrial em 11%. “A diferença é que aquela produção foi repostada no mês de junho, algo que a gente não vai conseguir observar agora no mês de abril.”

A principal influência negativa foi dada pelo setor automotivo, que teve queda de 28%, com o paralisações e interrupções na produção. Após o início da pandemia, 64 das 65 fábricas do país tiveram as operações suspensas, provocando efeitos negativos também na cadeia de suprimento.

Nicola Pamplona/Folhapress

## Benefício de preservação de emprego pode ser visto na carteira digital



Os trabalhadores que tiveram a jornada de trabalho reduzida ou suspensa podem consultar na Carteira de Trabalho Digital as informações sobre o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), criado para enfrentar os efeitos econômicos da pandemia da covid-19.

Para ter acesso aos dados, os interessados devem con-

sultar a aba de benefícios, em que haverá um quadro com informações sobre seguro-desemprego e abono salarial.

O benefício é concedido a trabalhadores que tiveram jornada reduzida ou contrato suspenso e ainda auxílio emergencial para trabalhadores intermitentes com contrato de trabalho formalizado, nos termos da Medida Provisória 936/2020.

O BEm é custeado com recursos da União e pago aos trabalhadores independentemente do cumprimento de período aquisitivo, do tempo de vínculo empregatício ou do número de salários recebidos. O investimento do programa pode chegar a R\$ 51,2 bilhões, segundo o Ministério da Economia.

Kelly Oliveira/ABR

## Maestro Dante Mantovani é nomeado para a presidência da Funarte



O maestro Dante Mantovani foi nomeado novamente hoje (5) como presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte). A portaria assinada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto, foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira.

Mantovani ocupou o mesmo cargo até março deste ano, quando foi exonerado da função após a atriz Regina Duarte assumir a Secretaria Especial da Cultura

do Ministério do Turismo. A presidência da Funarte estava sendo exercida desde então pelo servidor Marcos Teixeira Campos, indicado por Regina.

Reconduzido hoje, Mantovani disse que levará “arte e esperança para todo o Brasil, no momento em que nossa civilização mais precisa”. “Meus agradecimentos ao Presidente [Jair] Bolsonaro pela confiança. Este vosso soldado, capitão, moverá o mundo para corresponder à grandeza desta

nova missão”, escreveu em sua conta pessoal no Twitter.

A Funarte é o órgão federal responsável pelas políticas públicas de fomento às artes no país e alcança as áreas de circo, dança e teatro; de música, de concerto, popular e de bandas; de artes visuais; e também a preservação da memória das artes e a pesquisa na esfera artística. Atualmente, a Funarte é vinculada ao Ministério do Turismo.

Andreia Verdúlio/ABR

### Toffoli derruba liminar que obrigava Defesa a excluir nota a favor do golpe de 1964

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, derrubou a liminar da Justiça Federal que determinava a retirada de texto alusivo ao golpe militar de 1964 do site do Ministério da Defesa.

Na decisão, da noite de segunda-feira (4), Toffoli minimizou a publicação afirmando que se tratava de uma efeméride destinada ao ambiente militar. O presidente do STF usou sua medida para criticar a interferência do Judiciário em atos do Executivo.

“Não se pode pretender que o Poder Judiciário interfira e delibere sobre todas as possíveis querelas surgidas da vida em sociedade. E o caso ora retratado me parece um exemplo clássico dessa excessiva judicialização”, disse na decisão.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, o presidente do

STF tem criticado nos bastidores decisões de colegas da corte que têm suspenso atos do presidente Jair Bolsonaro.

Toffoli teria ficado contrariado com o ministro Alexandre de Moraes, que impediu a nomeação de Alexandre Ramagem, amigo da família Bolsonaro, para o comando da Polícia Federal. O presidente do tribunal tem ficado em silêncio público sobre os recentes ataques de Bolsonaro ao Supremo.

Ao derrubar a liminar, Toffoli criticou a interferência do Judiciário no Executivo.

“Não parece assim adequado exercer juízo censório acerca do quanto contido na referida ordem, sob pena de indevida invasão, por parte do Poder Judiciário, de seara privativa do Poder Executivo e de seus Ministros de Estado”, disse.

A decisão do presidente do STF derruba a liminar da 5ª Vara da Justiça Federal no Rio Grande do Norte, emitida na sexta-feira (24), que determinava a retirada do ar da “ordem do dia alusiva ao 31 de março de 1964” do site do Ministério da Defesa.

Renato Onofre/Folhapress

## Deputados de vários partidos criticam participação de Bolsonaro em manifestação contra o STF

A manifestação do último domingo (3), com críticas ao Congresso, ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ataques a jornalistas e profissionais de saúde, foi alvo de repúdio por deputados de partidos variados. O assunto repercutiu durante a sessão virtual do Plenário da Câmara dos Deputados, nesta segunda-feira (4).

A escalada autoritária foi destacada especialmente pelo líder do PSB, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), que condenou a participação do presidente da República, Jair Bolsonaro, nos atos. “É estarrecedor que o presidente insista nessa escalada autoritária contra os Poderes constituídos, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal”, afirmou.

A líder do Psol, deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS), cobrou a unificação dos pedidos de impeachment e a análise desses pedidos pelo Congresso. Para ela,

Bolsonaro decidiu “liderar uma trupe da extrema-direita, e não liderar o País”.

“Se as vozes democráticas não derem uma resposta à altura, Bolsonaro vai seguir recrudescendo a extrema-direita e vai tentar avançar sobre as liberdades democráticas. É o momento mais duro da nossa história, mas é o momento em que é mais necessário que Bolsonaro seja derrotado”, disse Melchionna.

O deputado Fábio Trad (PSD-MS) destacou que há diferença entre os protestos democráticos e os criminosos. “Protestar legitimamente contra uma decisão no seu mérito ou na sua forma, isto sim é civilidade, isto sim é urbanidade, desde que respeitados os limites estabelecidos por lei. Mas pregar o fechamento do órgão, sob o pretexto de discordar desta ou daquela decisão, é ato criminoso”, afirmou.

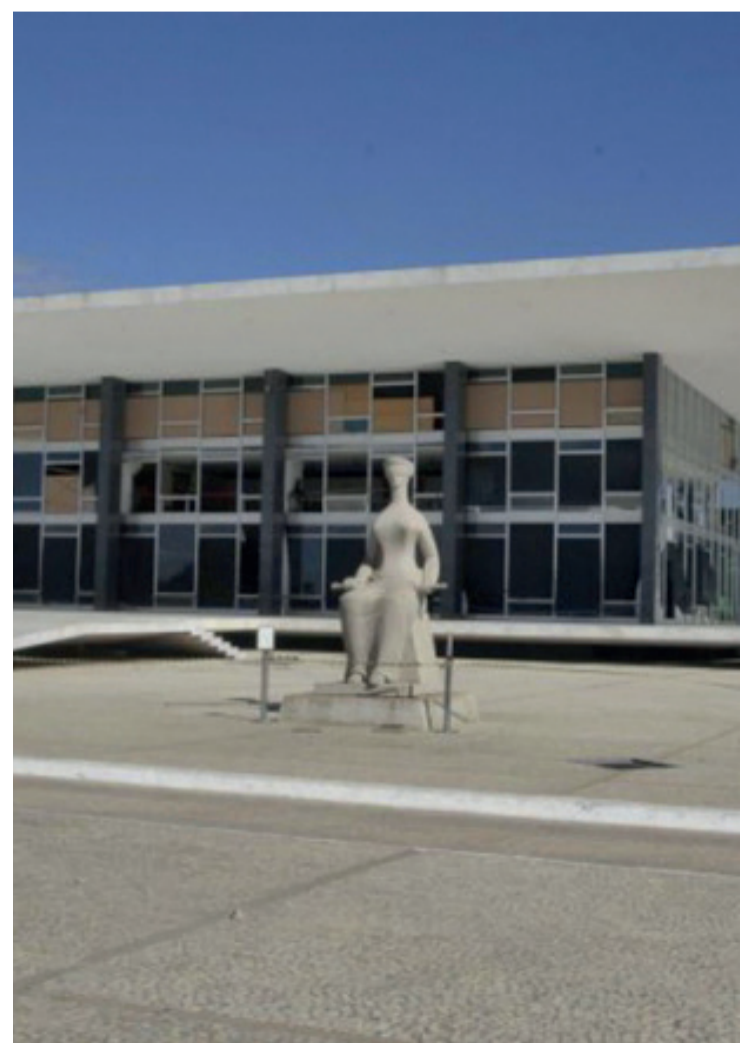
Para a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), notas de repúdio já não servem para

fazer frente aos atos realizados desde o início de março contrários às instituições democráticas. “Bolsonaro participa de atos pró-ditadura, desrespeitando o isolamento social, a nossa Constituição e a nossa democracia, desrespeita também a imprensa, pilar muito importante da democracia”, criticou.

Tabata Amaral também defendeu investigações das denúncias de interferência política na Polícia Federal feitas pelo ex-ministro Sérgio Moro. “É preciso que comecemos todas as investigações, tanto pressionando o Judiciário quanto fazendo a nossa parte. Eu já apoiei cinco CPIs e três pedidos de CPIMs”, informou.

O líder do governo também afirmou que “qualquer mudança na direção da Polícia Federal é uma prerrogativa do presidente e não pode ser interpretada como interferência”.

Agência Câmara de Notícias



## Opas: pressão social e econômica será maior se vírus não for contido

A Organização Pan Americana de Saúde (Opas) defende que a retomada das atividades econômicas e o relaxamento das medidas de isolamento devem feitos com cautela pelos Estados membros, com consultas à sua população. A diretora do órgão, Carissa Etienne, afirma que os países das Américas devem seguir atuando de maneira agressiva contra a doença e que as pressões sociais e econômicas serão ainda maiores se o vírus não for contido.

“Não há receita para a reabertura dos comércios. Nem há uma medida que se adapte a todos. A decisão da transição deve ser feita com

muito cuidado. O princípio é encontrar o equilíbrio entre salvar vidas e proteger a economia. Entre desacelerar a transmissão - e evitar o colapso sanitário - e a minimização dos riscos dos problemas socioeconômicos”, defendeu Carissa durante conferência para a imprensa, transmitida pela internet.

Nas Américas, já são 1,4 milhão de casos e 80 mil mortes. Há um crescente debate sobre quando os países poderão voltar a abrir os comércios e serviços não essenciais e quando as pessoas poderão deixar o distanciamento social e começar as atividades regulares.

A diretora da Opas alertou para o fato de que há muitos países onde o número de casos está dobrando em questão de dias.

“Nos Estados Unidos, no Canadá, Brasil, Equador, Peru, Chile e México estamos vendo uma duplicação de casos em 4 dias ou menos. Esse é um indicador que preocupa pois indica que a transmissão segue muito alta nesses países e que se deve implementar toda uma gama de medidas de saúde pública: ampla testagem, rastreamento dos contatos, isolamento dos casos e, claro, distanciamento social”, afirmou Etienne.

Marieta Cazarre/ABR



## Fila do auxílio emergencial da Caixa vira madrugada com idosos, doentes e relatos de fome

Idosos, doentes e trabalhadores que já dependem de doações para comer passaram a madrugada desta terça-feira (5) em fila para receber o auxílio emergencial em uma agência da Caixa Econômica Federal na periferia de São Paulo.

Sem trabalhar há mais de um mês, o pedreiro Luciano Teixeira da Silva, 40 anos, entrou na fila às 21h30 de segunda-feira (4) em São Mateus (zona leste). “Eu já tinha vindo às 4h da manhã na segunda-feira (4), mas a fila já estava enorme. Então, decidi voltar à noite e ser um dos primeiros hoje.”

A geladeira vazia explica a urgência do pedreiro, que tem recebido doações de parentes e desconhecidos para sobreviver durante

a quarentena. “Recebi cesta básica e até gás”, diz Silva. “Vou ganhar medalha de prata porque sou o segundo da fila.”

Na fila, muitos não usavam máscaras e quase todos desrespeitavam a distância recomendada (cerca de 2 m) entre as pessoas para evitar o contágio pelo novo coronavírus.

Às 8h, quando o atendimento foi iniciado, havia cerca de 200 pessoas em linha, ocupando todo o quarteirão.

Por volta das 8h30, um grupo de assistentes sociais da prefeitura tentou organizar o distanciamento. Mas, maior do que o temor de contrair a doença, era o medo de perder o lugar na fila.

“Pedimos para que respeitem o distanciamento, mas as pessoas têm medo de

que outra pessoa corte a fila”, disse uma das profissionais.

A falta de cuidados sanitários tornava ainda maior a preocupação entre as pessoas que, apesar de serem do grupo de risco para desenvolver complicações da Covid-19, precisaram encerrar a madrugada na fila.

Asmática, a auxiliar de cozinha desempregada Cíntia do Nascimento Fernandes, 36 anos, chegou às 5h30 desta terça-feira nas proximidades da Caixa.

A Caixa Econômica Federal informou que não há necessidade de passar a madrugada na fila para receber o auxílio emergencial e que, em parte das agências, o movimento caiu após as primeiras horas da manhã.

Havolene Valinhos/Folhapress

## PGR denuncia Aécio sob acusação de receber R\$ 65 milhões em propina



A Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG) por lavagem de dinheiro e corrupção passiva.

A acusação encaminhada ao STF (Supremo Tribunal Federal) na semana passada afirma que o parlamentar recebeu R\$ 65 milhões em propina das empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez. Sua defesa afirma que a denúncia causa “surpresa e indignação”.

O pagamento a Aécio, segundo a PGR, teria sido uma “contrapartida pelo exercício de influência em negócios da área de energia desenvolvidos em parceria” com as construtoras, como os projetos do Rio Madeira, as Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia.

A missão do político, diz a procuradoria-geral, seria ajudar a viabilizar a vitória das empresas em licitações que envolviam a Companhia Energética de Minas Gerais e a estatal federal Furnas. A denúncia ressalta, ainda, que o político montou um com-

plexo esquema de desvio de verbas públicas para receber os valores.

Segundo a PGR, intermediários faziam as tratativas para o recebimento da propina e repassavam a Aécio. O esquema também envolveria doleiros, transportadoras e uma empresa sediada no exterior.

De acordo com a acusação, o deputado formou um “ciclo de lavagem de dinheiro que envolveu ocultação e dissimulação por esquema sofisticado de lavagem, uso de terceiros para obtenção de dinheiro (doleiros), para transporte e para recebimento, além de uso de codinomes e senha para compartilhamento com seu preposto, tudo a escamotear a origem ilícita do dinheiro”.

Aécio teria recebido R\$ 30 milhões da Odebrecht como governador de Minas Gerais e, depois, como senador; e R\$ 35 milhões da Andrade Gutierrez, também nos dois cargos, entre 2010 e 2011.

Matheus Teixeira/Folhapress



## Bancos poderão conceder empréstimo com garantia do FGTS



Os trabalhadores que optaram pela modalidade saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) terão acesso a uma nova linha de crédito. O Conselho Curador do FGTS referendou ontem (5) resolução, publicada no dia 27 de abril no Diário Oficial, que regulamenta o crédito.

O empréstimo terá como garantia a parcela anual do saque-aniversário. Pela resolução do Conselho Curador do FGTS, a Caixa tem 30 dias, a partir da data da publicação da resolução, para definir os procedimentos operacionais

para viabilizar a operação e os bancos têm mais 30 dias para oferecer o empréstimo.

O saque-aniversário é uma modalidade que permite a retirada de parte do saldo de qualquer conta ativa ou inativa do fundo a cada ano, no mês de aniversário, em troca de não receber parte do que tem direito em caso de demissão sem justa causa. O pagamento é feito conforme cronograma por mês de nascimento.

Segundo o Ministério da Economia, o saque-aniversário deve criar um mercado de até R\$ 100 bi-

lhões em recebíveis de crédito nos próximos quatro anos. Os recebíveis representam os recursos de que os bancos podem se apropriar em caso de inadimplência.

A garantia de receber parte do saldo do FGTS em caso de inadimplência reduz os riscos para os bancos, que podem cobrar taxas mais baixas.

A lei que criou o saque-aniversário no ano passado já previa o uso dinheiro a ser sacado a cada ano como garantia em operações de crédito. Mas ainda precisava de regulamentação.

Kelly Oliveira/ABR

## Brasil está indo bem no controle do coronavírus e pico nas classes altas já passou, diz presidente da XP



Na avaliação do presidente e fundador da XP, Guilherme Benchimol, o Brasil está indo bem no controle do coronavírus e o pico da doença nas classes altas já passou.

“Acompanhando um pouco os nossos números, eu diria que o Brasil está bem. Nossas curvas não estão tão exponenciais ainda, a gente vem conseguindo achatar. Teremos uma fotografia mais clara nas próximas duas a três semanas. O pico da doença já passou quando a gente analisa a classe média, classe média alta. O desafio é que o

Brasil é um país com muita comunidade, muita favela, o que acaba dificultando o processo todo”, disse Benchimol em transmissão ao vivo do jornal O Estado de S. Paulo.

Setenta dias após o primeiro caso confirmado do novo coronavírus, o Brasil soma 107.780 registros da doença e 7.321 mortes, segundo dados do Ministério da Saúde divulgados na segunda (4).

O economista mencionou a dificuldade dos trabalhadores informais ficarem em casa, já que muitos não conseguem ter acesso ao au-

xílio emergencial do governo ou sequer têm conta em banco.

“É um desafio você pedir que a população inteira fique presa em casa. Um terço da população vive de diária e se não trabalhar hoje não vai comer, no máximo, na semana que vem.”

O presidente da XP também está animado com o futuro da companhia. O plano de contratar 600 profissionais de tecnologia até o final do ano segue de pé. “Vamos continuar crescendo independente do cenário”.

Júlia Moura/Folhapress

### Bonadia Pais e Filhos Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 29.740.242/0001-01 - NIRE: 35.230.899.641

Ata de Assembleia de Sócios realizada em 02 de março de 2020

Data, Hora e Local: 02/03/2020, às 17h00, na sede da Sociedade. Mesa: Presidente: Orlando Bonadia; Secretário: Orlando Bonadia Júnior. Convocação e Presença: Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos: (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 14.896.580,00, passando o capital social de R\$ 16.626.996,00 para R\$ 1.730.416,00, mediante o cancelamento de 14.896.580 quotas representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal unitário de R\$ 1,00, canceladas as quotas dos sócios proporcionalmente às suas participações. (ii) a autorização aos administradores da Sociedade para praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas na presente ata. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. Sorocaba-SP, 02/03/2020. Assinaturas: Mesa: Orlando Bonadia - Presidente; Orlando Bonadia Júnior - Secretário. Sócios: Orlando Bonadia; Orlando Bonadia Júnior; Cristiane de Fátima Júlio Bonadia; Maria Eloisa Júlio Bonadia Xavier.

DÓLAR compra/venda	Novembro 2019: 0,51%
Câmbio livre BC - R\$ 5,5348 / R\$ 5,5354 **	Dezembro 2019: 1,15%
Câmbio livre mercado - R\$ 5,5927 / R\$ 5,5933 *	Janeiro 2020: 0,21%
Turismo - R\$ 5,5967 / R\$ 5,7767	Fevereiro 2020: 0,25%
(*) cotação média do mercado	INPC/IBGE
(**) cotação do Banco Central	Fevereiro 2019: 0,54%
Varição do câmbio livre mercado no dia: 1,31%	Março 2019: 0,77%
OURO BM&F R\$ 304,00	Abril 2019: 0,60%
BOLSAS	Maio 2019: 0,15%
Bovespa (Ibovespa)	Junho 2019: 0,01%
Varição: 0,75%	Julho 2019: 0,10%
Pontos: 79.470	Agosto 2019: 0,12%
Volume financeiro: R\$ 19,994 bilhões	Setembro 2019: -0,05%
Maiores altas: GOL PN (5,65%), Klabin S/A UNT (5,29%), SABESP ON (3,82%)	Outubro 2019: 0,04%
Maiores baixas: Embraer ON (-13,51%), IRB Brasil ON (-8,51%), Cogna ON (-6,50%)	Novembro 2019: 0,54%
S&P 500 (Nova York): 0,90%	Dezembro 2019: 1,22%
Dow Jones (Nova York): 0,56%	Janeiro 2020: 0,19%
Nasdaq (Nova York): 1,13%	Fevereiro 2020: 0,17%
CAC 40 (Paris): 2,40%	IPC/Fipe
Dax 30 (Frankfurt): 2,51%	Fevereiro 2019: 0,54%
Financial 100 (Londres): 1,66%	Março 2019: 0,51%
Nikkei 225 (Tóquio): -2,84%	Abril 2019: 0,29%
Hang Seng (Hong Kong): 1,08%	Maio 2019: -0,02%
Shanghai Composite (Xangai): 1,33%	Junho 2019: 0,15%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 1,18%	Julho 2019: 0,14%
Merval (Buenos Aires): 3,58%	Agosto 2019: 0,33%
IPC (México): 0,68%	Setembro 2019: 0,00%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO	Outubro 2019: 0,16%
IPCA/IBGE	Novembro 2019: 0,68%
Fevereiro 2019: 0,43%	Dezembro 2019: 0,94%
Março 2019: 0,75%	Janeiro 2020: 0,29%
Abril 2019: 0,57%	Fevereiro 2020: 0,11%
Maio 2019: 0,13%	IGP-M/FGV
Junho 2019: 0,01%	Fevereiro 2019: 0,88%
Julho 2019: 0,19%	Março 2019: 1,26%
Agosto 2019: 0,11%	Abril 2019: 0,92%
Setembro 2019: -0,04%	Maio 2019: 0,45%
Outubro 2019: 0,10%	Junho 2019: 0,80%
	Julho 2019: 0,40%
	Agosto 2019: -0,67%
	Setembro 2019: -0,01%
	Outubro 2019: 0,68%
	Novembro 2019: 0,30%
	Dezembro 2019: 2,09%
	Janeiro 2020: 0,48%
	Fevereiro 2020: -0,04%
	IGP-DI/FGV
	Fevereiro 2019: 1,25%
	Março 2019: 1,07%
	Abril 2019: 0,90%
	Maio 2019: 0,40%
	Junho 2019: 0,63%
	Julho 2019: -0,01%
	Agosto 2019: -0,51%
	Setembro 2019: 0,50%
	Outubro 2019: 0,55%
	Novembro 2019: 0,85%
	Dezembro 2019: 1,74%
	Janeiro 2020: 0,09%
	Fevereiro 2020: 0,01%
	SALÁRIO MÍNIMO
	Janeiro 2020: R\$ 1.039,00
	Fevereiro 2020: R\$ 1.045,00

Publicidade Legal

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)

CNPJ/MF nº 63.056.469/0001-62

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

Table with columns: Balanços Patrimoniais (2019, 2018), Demonstração do Resultado (2019, 2018), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (2019, 2018). Includes sub-totals for Ativo Circulante, Não Circulante, Total do Ativo, Resultado Financeiro Líquido, and Superávit Líquido do Exercício.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
1. Contexto operacional - A Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), com Sede à Rua General Jardim, nº 522 - Vila Buarque-SP é uma Pessoa Jurídica de direito privado sem fins lucrativos cujo fim é a manutenção de escolas voltadas ao ensino e à pesquisa em nível superior.

em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados na demonstração como despesas gerais. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear na demonstração do resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. 3.5. Imposto de Renda e Contribuição Social: A Fundação goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o superávit por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos. 3.6. Demais ativos e passivos circulates: Os ativos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos e os passivos, pelos valores contábeis ou calculáveis, também acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. 3.7. Receitas e despesas: As receitas de atividades são registradas quando da prestação de serviços. As receitas de mensalidades e convênios são registradas pelo regime de competência, e os valores atribuídos às mensalidades são os valores contratuais deduzidos das bolsas parciais e gratuidades. 3.8. Convênios em andamento: Representa adiantamentos recebidos para prestação de serviços de pesquisa, cujo reconhecimento da receita ocorre paralelamente ao reconhecimento do custo dos serviços prestados, de acordo com o regime de competência. 3.9. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida na demonstração de superávit, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, IRRF s/aplicação financeira, descontos s/mensalidades e TJLP sobre dívida REFIS e são registradas pelo regime de competência.

8. Parcelamentos tributários - A Fundação aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) no início do exercício de 2000, nos termos da Lei nº 9.964, 10 de abril de 2000, visando equalizar e regularizar os passivos previdenciários. O passivo relativo ao programa REFIS foi amortizado, mensalmente, por pagamentos apurados com base na aplicação do percentual de 0,3% sobre a renda operacional da Fundação, e atualizado a juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), vedada a imposição de qualquer outro acréscimo, até a competência de setembro de 2014, a partir de outubro de 2014 a FESPSP fez adequação ao princípio de amortização do valor principal e da TJLP. Esta adequação atende os novos preceitos da Receita Federal.
9. Recursos de convênios em execução - A Fundação mantém com entidades governamentais e não governamentais, contratos e convênios, de desenvolvimento de políticas públicas, diagnósticos de problemas sociais, pesquisas, levantamentos e ordenação de dados e atividades afins que representam contribuições para a Sociedade, atendendo a formação estatutária da Fundação e todos os requisitos legais. Esses trabalhos são executados pela contrapartida da liberação de recursos advindos do orçamento de cada órgão, por essa razão, são demonstrados no passivo os lançamentos de desembolsos e recebimentos para execução dos trabalhos. O superávit de R\$ 1.402, apurado em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.720 em 2018), refere-se ao encerramento parcial dos convênios de acordo com o grau de andamento de cada projeto.
10. Provisão para demandas judiciais - Refere-se a demandas judiciais civis, as quais são contabilizadas com base nos relatórios apresentados pelos assessores jurídicos externos da Fundação, classificadas como perdas prováveis. Apresentamos a seguir a movimentação dos saldos em 2019.

11. Patrimônio líquido - O Patrimônio líquido da Fundação é composto pela reserva de reavaliação e superávits acumulados.
12. Receita líquida
Receitas dos cursos de graduação
Matrículas e mensalidades
(-) Bolsas/gratuidades
(-) Matrículas canceladas
2.726 3.211
Receitas dos cursos de pós graduação
Matrículas e mensalidades
(-) Bolsas/gratuidades
(-) Matrículas canceladas
3.494 3.380
Receitas dos convênios de pesquisas sociais no período
Receita de convênios
23.070 20.090
23.070 20.090
29.290 26.681
A Fundação participa de diversos programas de gratuidades como: o Programa Federal de Financiamento Estudantil (FIES) que oferece um financiamento de até 100% da mensalidade até o final do curso; Programa Estudual Bolsa Escola da Família que concede uma bolsa de 100% ao aluno que em contrapartida trabalha aos finais de semana nas escolas públicas, estaduais e municipais, como orientador e coordenador de atividades educacionais, musicais e esportivas entre outras. A FESPSP também oferece ao aluno financiamento próprio com avaliação individual a ser definido pela Diretoria.
13. Custo dos serviços prestados - 13.1. Custo com pessoal
2019 2018
Salários e Ordenados (2973) (2.828)
INSS (893) (841)
Serviços Acadêmicos (717) (606)
Benefícios Diversos (459) (512)
FGTS (306) (336)
Férias (356) (326)
13ºSalário (255) (242)
Estagiários (71) (69)
Pis s/rolha de pagamento (36) (34)
Aviso Prévio e indenizações (14) (15)
Serviços prestados p/autônomos (4) -
(6.084) (5.810)
2019 2018
Utilidades e Serviços (474) (569)
Imp. gráficos/Cobrança/Eventos/Consult. (1.237) (912)
Serviços de Limpeza (352) (387)
Propaganda e Publicidade (390) (630)
Vigilância e Segurança (314) (300)
Aluguel e condomínio/PTU/Manutenção (248) (251)
Assessoria de Comunicação (156) (221)
(3.171) (3.270)
13.3. Custos de convênio e acordos - A Fundação mantém com entidades governamentais e não governamentais, contratos e convênios, de desenvolvimento de políticas públicas, diagnósticos de problemas sociais, pesquisas, levantamentos e ordenação de dados e atividades afins que representam

6.1. Imobilizado - 6.1. Composição dos saldos
2019 2018
Taxa Depreciação
depreciação Custos Acumulação Líquido Líquido
Edifícios 1,51 a 4% 12.696 (3.811) 8.885 9.101
Terrenos - 2.865 - 2.865 2.865
Máquinas e equipamentos 20% 761 (683) 78 52
Computadores e periféricos 20% 952 (645) 307 183
Móveis e utensílios 10% 558 (211) 347 161
Biblioteca 10% 250 (187) 63 51
Instalações 10% 26 (19) 7 9
Total 18.108 (5.556) 12.552 12.422
6.2. Movimentação dos Custos
2018 2019
Descrição Custos Adições Baixas Custos
Edifícios 12.696 - - 12.696
Terrenos 2.865 - - 2.865
Máquinas e equipamentos 710 51 - 761
Computadores e periféricos 730 221 - 951
Móveis e utensílios 343 215 (1) 557
Biblioteca 229 23 - 252
Instalações 26 - - 26
Total 17.599 510 (1) 18.108
6.3. Movimentação da depreciação
2018 2019
Descrição Adição Baixas 2019
Edifícios (3.595) (216) - (3.811)
Terrenos - - - -
Máquinas e equipamentos (657) (25) - (682)
Computadores e periféricos (547) (98) - (645)
Móveis e utensílios (183) (29) - (212)
Biblioteca (176) (10) - (186)
Instalações (18) (1) - (19)
Total (5.177) (379) - (5.556)
7. Obrigações trabalhistas
2019 2018
Descrição Salários a pagar 382 315
INSS a recolher 178 188
FGTS a recolher 57 65
IRRF sobre folha de pagamento a recolher 104 119
Provisão de férias 431 404
Provisões de encargos sociais sobre as férias 146 137
Outras 11 41
Total 1.309 1.269

3. Principais práticas contábeis - 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. 3.2. Instrumentos financeiros: Categoria: A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Fundação são classificados sob as seguintes categorias: Empréstimos e recebíveis: São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Os passivos financeiros mantidos pela Fundação são classificados sob as seguintes categorias: Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. 3.3. Contas a receber: São registradas ao custo (valor dos boletos emitidos) e quando aplicável incluem os encargos oriundos dos valores em atraso negociados. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa das contas a receber é calculada com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela administração da Fundação como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos. As despesas com a constituição da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída. 3.4. Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias, conforme Nota Explicativa nº 6. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração de superávit. Gastos subsequentes são capitalizados na medida

de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós que emitimos relatório em 25 de março de 2019 com opinião sem modificação. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e

contribuições para a Sociedade, atendendo a formação estatutária da Fundação e todos os requisitos legais. Esses trabalhos são executados pela contrapartida da liberação de recursos advindos do orçamento de cada órgão, por essa razão, são demonstrados no passivo os lançamentos de desembolsos e recebimentos para execução dos trabalhos. O superávit de R\$ 1.402, apurado em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.720 em 2018) refere-se ao encerramento parcial dos convênios de acordo com o grau de andamento de cada projeto.
14. Receitas financeiras
2019 2018
Receita sobre aplicação financeira 1.411 1.368
Juros ativos 106 24
1.517 1.392
15. Despesas financeiras
2019 2018
IRRF sobre aplicação financeira (242) (227)
Juros TJLP - REFIS (112) (129)
Descontos concedidos (144) (68)
Despesas bancárias (52) (55)
Outras despesas financeiras (35) (21)
(585) (500)
16. Instrumentos financeiros - A Fundação apresenta em seu balanço patrimonial, ativos financeiros caracterizados como instrumentos financeiros. A Fundação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximam, substancialmente. Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019, a Fundação está sujeita aos seguintes fatores de risco: Riscos de crédito: Risco de crédito é o risco de a Fundação incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de estudantes. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que a Fundação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação. Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Fundação sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras e empréstimos.
17. Seguros - A Fundação possui cobertura de seguros de seus ativos tangíveis cujo montante a Administração julga suficiente para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer, bem como prejuízos financeiros que eles poderiam ocasionar. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.
18. Eventos subsequentes - Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Table with columns: Descrição, 2018, Adição, Baixas, 2019. This table is a continuation of the depreciation movement table from the previous block.

Membros do Conselho
Angelo Del Vecchio - Presidente | Pedro Luiz Guerra Vice-Presidente | Francisco Aparecido Cordão - Vice-Presidente
José Carlos Quintela de Carvalho - Vice-Presidente | Claudio José de França Silva | Amarilis Prado Sardenberg | Vicente Carlos y Plá Trevas
Aluisio Almeida Schumacher e José Castilho Marques Neto. Ausentes: Aparecida Neri de Souza (Secretária) e Ubiratan de Paula Santos.
Membros da Diretoria Executiva
Lais C. da Costa Manso N. de Araujo - Diretora Geral | Romeu Nami Garibe - Vice-Diretor Geral
Elci Pimenta Freire - Diretor Tesoureiro
Contadora: Marlene França de Santana Silva - CRC 1SP 194.926/0-9

Relatório do Auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis
emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa gerar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluímos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional;
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
São Paulo, 13 de março de 2020.
BDO BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC ZSP 013.846/0-1
Mauro de Almeida Ambrósio
Contador CRC 1SP 199.692/0-5

## Direitos Humanos

## Entidade pede medidas urgentes para proteção de indígenas na pandemia



A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns (Comissão Arns) encaminhou, na última segunda-feira (20), um ofício ao Ministério da Justiça e Segurança Pública pedindo a adoção de medidas urgentes neste período de crise pela covid-19 para proteção das terras indígenas. De acordo com a entidade, as invasões de terras indígenas têm ameaçado ainda mais a sobrevivência dessa população em meio à pandemia.

“O contexto da pandemia agrava muito a situação dos indígenas. As invasões - de grileiros, garimpeiros, madeireiros - que já são graves por si mesmas, elas no contexto de pandemia permitem um contágio que é extremamente perigoso, sobretudo para povos aldeados e mais ainda para povos isolados, que são os povos indígenas que se isolaram justamente para escapar de conflitos, de morticínio e de epidemias”, disse Manuela Carneiro da Cunha, antropóloga que pesquisa questões indígenas e membro da Comissão Arns.

A antropóloga disse que o primeiro yanomami a morrer com a covid-19, um jovem de 15 anos, contraiu o vírus em área invadida por um garimpo. “O estado tem obrigação de desintrusar essas terras. Essas invasões, que já eram muitas, aumentaram muito

no ano passado. Em setembro do ano passado, o Conselho Indigenista Missionário [Cimi], que é quem monitora as invasões, já tinha notícia de 153 terras indígenas invadidas, que era mais que o dobro do ano inteiro de 2018”.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) recomendou aos estados e governos que respeitem o isolamento voluntário dos indígenas, devido aos graves impactos que o contágio do vírus poderia representar para a vida dessas populações.

“É possível que essa pandemia chegue às aldeias indígenas e isso é gravíssimo porque essas doenças respiratórias são conhecidas e muito mais mortíferas entre os povos indígenas. A forma de vida que eles têm, comunitária e tradicionalmente várias famílias moram em casas comuns, facilita o contágio, então há um perigo muito grande, acrescido com essas invasões que estão aumentando”, disse.

Até as 18h30 de ontem (23), a Sesai havia registrado quatro mortes por covid-19 entre a população indígena, além de 42 casos confirmados de infecção pelo vírus e mais 21 casos suspeitos. Em oito casos, houve cura clínica.

Camila Boehm/ABR

## Projeto prevê auxílio de R\$ 160 milhões para instituições de idosos

O Projeto de Lei 1888/20 obriga a União a destinar R\$ 160 milhões para auxiliar Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) a enfrentarem a pandemia de Covid-19. Com origem relacionada aos asilos, as ILPIs são organizações governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, criadas para abrigar pessoas com mais de 60 anos de idade que tenham ou não apoio familiar.

Segundo o texto, o acesso ao auxílio emergencial independe do Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e não leva em conta eventuais débitos das ILPIs relacionados a tributos e contribuições.

Autores da proposta, os deputados Leandre (PV-PR), Mariana Carvalho (PSDB-RO), Rodrigo Coelho (PSB-SC) e Tereza Nelma (PSDB-AL) argumentam que a população idosa é a mais vulnerável às formas graves da doença, com maiores chances de evolução para óbito. “A Covid-19 mostra-se ainda mais perigosa entre idosos frágeis, portadores de comorbidades e residentes em ILPIs”, diz a justificativa.

Entre as situações que aumentam a vulnerabilidade em ILPI, o texto cita o contato próximo com outras pessoas (cuidadores e profissionais) e outros -

e a permanência por longo período em ambientes fechados e com indivíduos igualmente vulneráveis. Segundo o projeto, o Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos deverá disponibilizar, em até 30 dias da data do crédito em conta corrente, a relação das instituições beneficiadas, especificando, no mínimo, razão social, CNPJ, estado e município.

O texto também obriga as instituições beneficiadas a prestar contas da aplicação dos recursos aos respectivos conselhos da Pessoa Idosa estaduais, distritais ou municipais.

Agência Câmara de Notícias



## Plataforma de empregabilidade para refugiados completa um ano

O paquistanês Ahmed Malik Ejaz partiu de seu país natal em 1996, para dar continuidade aos estudos. Cerca de duas décadas depois, conhecia os mauritanos Lassana Bakhayokho, Soumare Bouna e Camara Fily, que também atravessaram mares, deixando para trás um continente. Da nova relação, teve início a formação de vínculos profissionais e de afeto.

Os caminhos de Ejaz e dos três refugiados mauritanos se cruzaram na Associação Religiosa Beneficente Islâmica do Brasil, mais conhecida como Mesquita do Brás, na capital São Paulo. Na época, o empresário buscava profissionais para trabalhar na construção de

outro templo islâmico, a Associação Beneficente Islâmica Tabiun, na zona sudoeste da capital. Bastou uma tarefa para que o trio demonstrasse competência e responsabilidade, o que fez com que Ejaz decidisse incorporá-los ao quadro de sua fábrica de câmaras frias, painéis térmicos e contêineres, a Cashier Cold, localizada em Embu das Artes, região metropolitana de São Paulo.

Como a Cashier Cold, outras 23 companhias aderiram à plataforma Empresas com Refugiados, que tem como finalidade difundir práticas que favoreçam a inserção de refugiados pelo Brasil no mercado de trabalho e completa um ano de

existência nesta semana. A iniciativa foi desenvolvida pela Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e pela Rede Brasil do Pacto Global, com o apoio da ONU Mulheres.

No total, as políticas divulgadas pela Acnur beneficiaram 5.500 refugiados, que conseguiram uma colocação profissional ou que participaram de cursos de capacitação. As empresas também podem ganhar destaque por promover atividades de fomento e realizar campanhas sobre a condição de refúgio, como forma de orientar empregados e parceiros comerciais sobre o tema.

Letycia Bond/ABR